

“É SÓ UM MINUTINHO...”

FÁBIO ABREU DOS PASSOS¹

RESUMO

Elaborada em 1969 por Susanne Koefoed, tendo tido pequenas alterações de cor e disposição da imagem, o *Símbolo Internacional de Acesso* foi desenvolvido para ser um sinal visível de que, onde houvesse esse símbolo, haveria um espaço público adaptado e destinado às pessoas com deficiências. Este Símbolo revela tentativas, muitas das vezes ineficazes, de adaptação do mundo comum para que a pluralidade humana possa ser experienciada em seu âmago. Quando alguns não PcDs utilizam esses espaços, tais como estacionamentos, banheiros públicos ou bloqueiam rampas de acesso ou pisos táteis, mesmo que “só um minutinho...”, estão mitigando a possibilidade de que corpos de PcDs possam experimentar uma existência pública. Se os espaços arquitetônicos destinados às pessoas com deficiência são usurpados, o que dizer dos espaços para a manifestação da nudez de um PcD, como obras de arte... Há “Vagas Reservadas” para a expressão da nudez de corpos antinormativos, como os corpos das pessoas com deficiência? O objetivo do presente texto é lançar luz sobre essas problematizações a partir do viés teórico, ou seja, da pesquisa bibliográfica, e da poética do desenho, no intuito de refletir sobre a (In)VISIBILIDADE desses corpos. No transcorrer da pesquisa, ficou claro que não há, ainda, a edificação de espaços que permitam que os corpos nus das pessoas com deficiência expressem sua potência estética, a qual é capaz de romper com o discurso médico, que restringe esses corpos a uma percepção de um “erro” da natureza.

PALAVRAS-CHAVE

Pessoa com deficiência; Símbolo Internacional de Acesso; Só um minutinho; Nudez antinormativa.

“JUST FOR A MINUTE...”

ABSTRACT

The International Symbol of Accessibility was developed by Susanne Koefoed in 1969 with minor changes to the color and layout of the image to create a visible sign of accessible public space, adapted and intended for disabilities. This symbol highlights the often unsuccessful attempts to adapt to the ordinary world so that human plurality can be experienced at its core. When non-disabled people use these spaces, such as parking lots, public restrooms, blocked access ramps, or tactile floors, even if “just for a minute...” they reduce the opportunity for people with disabilities to experience the same public existence. If architectural spaces intended for people with disabilities are usurped, what about spaces where people with disabilities can display their nudity, such as artworks...? Are there “reserved spaces” for the expression of the nakedness of anti-normative bodies, such as bodies of people with disabilities? The objective of this text is to shed light on these problematizations from the theoretical point of view, that is, from bibliographical research, and from the poetics of drawing, in order to reflect on the (In)VISIBILITY of these bodies. In the course of the research, it became clear that there is still no building of spaces that allow the naked bodies of people with disabilities to express their aesthetic power, which is capable of breaking with the medical discourse, that restricts these bodies to a perception of a “mistake” of nature.

KEYWORDS

Disability; International Access Symbol; Just a minute; Anti-normative nudity.

¹ Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), coordenador do Núcleo de Pesquisa Hannah Arendt e Artista Visual. E-mail: fabiopassos@ufpi.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7339-6689>.

«C'EST JUSTE UNE MINUTE...»

RÉSUMÉ

Créé en 1969 par Susanne Koefoed, avec des modifications mineures de la couleur et de la disposition de l'image, le Symbole international d'accès a été développé pour être un signe visible que n'importe où il y a ce symbole, il y aurait un espace public adapté et destiné aux personnes handicapées. Ce Symbole révèle des tentatives, souvent inefficaces, d'adapter le monde commun pour que la pluralité humaine puisse être vécue dans sa totalité. Lorsque certains non-handicapés utilisent ces espaces, tels que les parkings, les toilettes publiques, ou bloquent les rampes d'accès ou les sols tactiles, pour «juste une minute...», ils atténuent la possibilité que les organismes handicapés puissent connaître une existence publique. Si les espaces architecturaux destinés aux personnes handicapées sont usurpés, quoi dire des espaces de manifestation de la nudité d'une personne handicapée, comme les œuvres d'art... de personnes handicapées ? Le but de ce texte est d'éclairer ces problématisations du point de vue théorique et poétique du dessin, afin de réfléchir sur l'(In)VISIBILITÉ de ces corps. Au fil de la recherche, il est apparu qu'il n'existe pas encore de construction d'espaces permettant aux corps nus des personnes handicapées d'exprimer leur pouvoir esthétique, capable de rompre avec le discours médical, qui cantonne ces corps à une perception d'une « erreur » de la nature.

MOTS-CLÉS

Handicapé; Symbole International d'Accès; Juste une minute; Nudité non normative.

“ES SOLO UN MINUTO...”

RESUMEN

Creado en 1969 por Susanne Koefoed, con pequeños cambios en el color y el diseño de la imagen, el Símbolo de Acceso Internacional se desarrolló para ser una señal visible que apuntaba que, donde había este símbolo, habría un espacio público adaptado y destinado a personas con discapacidades. Este símbolo revela intentos, a menudo ineficaces, de adaptarse al mundo común para que la pluralidad humana pueda ser experimentada en su esencia. Cuando algunas personas que no son PcD utilizan estos espacios, como estacionamientos, baños públicos o bloquean rampas de acceso o pisos táctiles, aunque sea “solo un minuto...”, están mitigando la posibilidad de que los cuerpos de las PcD puedan experimentar una existencia pública. Si se usurpan los espacios arquitectónicos destinados a las personas con discapacidad, qué ocurre con los espacios para la manifestación de la desnudez de una PcD, como las obras de arte... Existen “Vacantes Reservadas” para la expresión de la desnudez de organismos antinormativos, como cuerpos de personas con discapacidad? El objetivo de este texto es arrojar luz sobre estas problematizaciones desde el punto de vista teórico, es decir, desde la investigación bibliográfica, y desde la poética del dibujo, para reflexionar sobre la (In)VISIBILIDAD de estos cuerpos. En el transcurso de la investigación quedó claro que aún no existe la construcción de espacios que permitan que los cuerpos desnudos de las personas con discapacidad expresen su poder estético, el cual es capaz de romper con el discurso médico que restringe estos cuerpos a una percepción de un “error” de la naturaleza.

PALABRAS CHAVE

Persona discapacitada; Símbolo de Acceso Internacional; Solo un minuto; Desnudez antinormativa.

*Basta um Minuto
Um minuto serve para você sorrir:
Sorrir para o outro, para você e para a vida.
Um minuto serve para você ver o caminho,
olhar a flor, sentir o cheiro da flor,
sentir a grama molhada,
notar a transparência da água.
Basta um minuto para você avaliar a imensidão
do infinito, mesmo sem poder entendê-lo.
Em um minuto apenas você ouve o som
dos pássaros que não voltam mais.
Um minuto serve para você ouvir o silêncio,
ou começar uma canção.
É num minuto que você dará o sim
que modificará sua vida... e basta.
Basta um minuto para você apertar a mão
de alguém e conquistar um novo amigo.
Em um minuto você pode sentir
a responsabilidade pesar em seus ombros:
a tristeza da derrota,
a amargura da incerteza,
o gelo da solidão,
a ansiedade da espera,
a marca da decepção
e a alegria da vitória...
Quanta vitória se decide num simples momento,
num simples minuto!
Num minuto você pode amar,
buscar, compartilhar, perdoar,
esperar, crer, vencer e ser...
Num simples minuto você pode salvar a sua vida...
Num pequeno minuto você pode incentivar
alguém ou desanimá-lo!
Basta um minuto para você recomeçar
a reconstrução de um lar ou de uma vida.
Basta um minuto de atenção para
você fazer feliz um filho,
um aluno, um professor, um semelhante...
Basta um minuto para você entender
que a eternidade é feita de minutos.*

(Fenix Faustine)

O QUE É DEFICIÊNCIA?

No interior da maquinaria biopolítica², os corpos são espaços demarcados por sinais que indicam quais os papéis que cada pessoa, detentora de uma tipologia corporal, irá

² A biopolítica é a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou governar os fenômenos relacionados aos viventes enquanto população, ou seja, saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça. Diante do exposto, Michel Foucault nos adverte que “pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. [...] Se pudéssemos chamar ‘biohistória’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem

exercer em uma dada sociedade. Sobre o terreno terraplanado pela biopolítica, a persona deficiente representa um papel de um indivíduo incapaz e inútil para o sistema econômico normatizado. A imagem que se expressa da Pessoa com Deficiência (PcD) é de alguém que padece de uma limitação física ou sensorial³ e, por isso, é incapaz de exercer certas profissões ou qualquer outra atividade que exige muita complexidade. “Em outras palavras, é uma visão da deficiência como uma doença e como um problema individual, que compreende a ideia de dignidade baseada na produtividade e na utilidade dos corpos e mentes. Somente o corpo capaz de produzir o máximo lucro para a sociedade capitalista (já que será produtivo) será útil e válido” (GUERRA, 2021, p. 12). Assim, a pessoa com deficiência carrega sobre si um estigma que a associa à ideia de dependência e, concomitantemente, de fardo social, na medida em que não possui uma funcionalidade em comparação com uma pessoa capaz e útil.

A reflexão que procurarei levar a cabo nesse artigo constitui-se em um desdobramento dos meus estudos sobre a temática da invisibilidade da nudez de corpos de pessoas com deficiência, que foram iniciadas durante o meu estágio pós-doutoral no Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais das Universidade Federal da Paraíba e Pernambuco, findado no ano de 2022. Assim, tendo como uma das balizas de minhas reflexões as maquinarias biopolíticas elaboradas pelo filósofo francês Michel Foucault (1926–1984), compreendo que um dos eixos teóricos de sustentação da categoria “deficiente” explicita a existência de relações de poder que constroem subjetividades a partir de arcabouços de discursos normalizadores, os quais estabelecem um binarismo existencial no qual, de um lado, estão os corpos cujas vidas importam e, do outro, os corpos abjetos⁴. A repulsa pelo corpo deficiente possui impactos sobre aqueles que tencionam esses corpos a partir de um viés de aversão e, sobretudo, sobre as pessoas possuidoras de tais corporeidades. A recusa social em acolher a diversidade corporal segrega o corpo PcD, na medida em que a ele é tolhida a convivência com os “belos”, “saudáveis” e “produtivos”

no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 2009, p. 155).

³ No presente texto, o vocábulo “pessoa com deficiência” (PcD ou PcDs — plural) se referirá àqueles que possuem uma limitação auditiva, fonológica, visual ou de locomoção. Tratar de outras tipologias de deficiência, como a intelectual, extrapolaria o escopo de minhas reflexões, levando-as para outros campos do saber, como a sociologia, a psicologia, a psiquiatria e a antropologia. Esse alargamento da compreensão da “pessoa com deficiência” poderá ser tencionado em pesquisas futuras.

⁴ Julia Kristeva (1941–) assevera que o abjeto é “‘qualquer coisa’ que eu não reconheço como coisa” (KRISTEVA, 2015, p. 19). O abjeto não é, propriamente falando, um objeto diante do sujeito, reforçando a clássica dicotomia sujeito/objeto. Do objeto, o abjeto só retém uma única e específica característica: ser capaz de se opor ao “eu”, mas não como faz o objeto, pois o abjeto é radicalmente um excluído, o sujeito lançado onde o sentido não mais existe, já se desfez, pois ele está fora das normas, para além dos sentidos habituais que conferimos às coisas que participam do jogo das regulações sociais, morais e estéticas.

corpos, gerando uma impossibilidade de enxergar a diversidade corporal, ao mesmo tempo em que cria na pessoa com deficiência uma recusa em tencionar sua própria corporeidade, principalmente quando ela está despida, ou seja, sem as indumentárias que lhes concedem um passaporte para adentrar o mundo dos perfeitos, pois as partes de seus corpos que causam repulsa não podem estar à mostra, uma vez que geram espanto e horror. A partir dessa tensão, a relação entre os dois polos, ou seja, o dos “eficientes” e dos “deficientes”, torna-se inviável, pois exige-se que os corpos com deficiências se encaixem em padrões estéticos hegemônicos, antropométricos, fisiométricos e psicométricos, os quais nunca acolherão corporeidades dissonantes. Diante do exposto, compreendo que a deficiência se constitui em uma categoria complexa, que, para ser compreendida, deve ser pensada a partir tanto do corpo lesionado quanto das estruturas sociais que oprimem as PcDs. Para sustentar esse argumento, devo explicitar o que entendo com o termo “deficiência”. Para os meus propósitos, irei circunscrever a análise em torno da categoria “deficiente” dos meados do século XX até os nossos dias, fundamentalmente a partir dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência que se avolumaram nos Estados Unidos da América, na Inglaterra e nos Países Baixos a partir de 1960.

Segundo Melo e Nuernberg, os estudos e teorizações sobre as pessoas com deficiências emergiram nos anos de 1970 e 1980, cuja matriz teórica predominante foi a sociológica. Esses estudos surgiram em ambientes de lutas pelos direitos dos PcDs, levados a cabo nos anos de 1960 e 1970 por organizações que tinham em suas lideranças pessoas com deficiência. Como destaque, temos no Reino Unido a “[...] (*Union of the Physically Impaired against Segregation*) e nos países nórdicos (*Self-advocacy Movement*, na Suécia), primeiro com uma perspectiva histórico-materialista e, após, desde o início dos anos 1990, com a contribuição da epistemologia feminista” (MELO; NUERNBERG, 2012, p. 636).

Em áreas das ciências humanas e sociais, como sociologia e antropologia, há um volume maior de investigações sobre essa temática. Contudo, a grande maioria dos estudos sobre as pessoas com deficiência fica a cargo das análises de cunho biológico e neurológico. Esse panorama epistemológico, que influenciará as tomadas de decisão acerca da PcD em âmbito social, constituirá uma *démarche* para os *Disability Studies*. Os estudos sobre/da deficiência vieram à tona com o desenrolar dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, procurando tencionar essa temática para além da perspectiva então dominante, ou seja, de que a deficiência é uma questão que diz respeito às alterações completas ou parciais de partes do corpo humano. Dentro desse quadro investigativo até então dominante, temos as ciências da saúde voltando-se para a corporeidade lesionada, no intuito de “consertá-la”, de normalizá-la, para que ela se torne eficiente e, portanto, produtiva. É nesse sentido que podemos dizer que a partir da segunda metade do século XX em diante o discurso médico em ascensão procurava responder às questões relacionadas às

desigualdades sociais sofridas pelas pessoas com deficiência a partir de uma perspectiva meramente biológica, naturalizando esse quadro de opressão e invisibilidade (MELO; NUERNBERG, 2012). No interior desse discurso, a deficiência física deixa de ser encarada como um castigo divino⁵ e passa a ser compreendida como um “erro” da natureza ou de alguma seqüela advinda de um acidente, que pode ser corrigido ou mitigado através de cirurgias ou tratamentos reabilitadores. O saber médico substitui o ideal clássico de perfeição corporal pela mensuração do caráter orgânico da população, típicas da biopolítica. Esta mensuração descreve estatisticamente a população em percentuais que buscam traçar uma média de quantas pessoas possuem algum tipo de lesão física e quantos são “normais”. Todos os desvios físicos e intelectuais mensurados estatisticamente a partir dos padrões normalizadores devem ser examinados, classificados e, se possível, tratados⁶. Embora o discurso científico tenha tirado da corporeidade deficiente o estigma de ser visto como um castigo divino contra alguma transgressão de seus progenitores, ele outorga a essa corporeidade uma marca que fomenta discursos capacitistas⁷: a ideia de que o corpo deficiente é um erro que precisa ser corrigido.

⁵ “[...] na história da humanidade a imagem que muitos deficientes carregavam era a imagem de deformação do corpo e da mente. Tal imagem denunciava a imperfeição humana. Há relatos, segundo Gugel (2007), de pais que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. Os que sobreviviam eram explorados nas cidades ou tornavam-se atrações de circos. O nascimento de indivíduos com deficiência era encarado como castigo de Deus; eles eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar” (FERNANDES, 2011, p. 134).

⁶ A partir do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, estima-se que há no Brasil mais de 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que equivale a 8,4% da população brasileira acima dos 2 anos de vida. Já em termos mundiais, calcula-se que existem mais de 2 bilhões de pessoas com alguma deficiência, o que equivale a 15% da população do mundo.

⁷ Preconceito contra a pessoa com deficiência. O capacitismo vem do inglês *ableism* e significa destratar ou ofender uma pessoa por ela ser deficiente. Os discursos capacitistas engendram ideias de que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiências e que são incapazes de exercer determinadas tarefas e atividades. O capacitismo é um termo que se refere ao preconceito contra a pessoa com deficiência e se propagou nos anos de 1980, nos Estados Unidos da América, por ocasião dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência. Para Itxi Guerra, o capacitismo “é uma palavra que agora começa a ser ouvida com mais frequência nos movimentos sociais, mas seu significado e o que ela implica não é muitas vezes explorado em profundidade. O capacitismo é a opressão que nós as pessoas deficientes enfrentamos, e surge do sistema capacitista, que é o sistema social, político e econômico que discrimina, violenta, marginaliza e assassina as pessoas deficientes pelo fato de o serem. É um sistema no qual corpos e mentes são valorados de acordo com o padrão de normalidade, inteligência, excelência, magreza, utilidade, beleza.... Este valor é determinado pelo capitalismo (e pelo Estado). Cria-se a ideia de uma pessoa ‘perfeita’, aquela que produz lucro para o sistema através de seu trabalho e de seu capital erótico” (GUERRA, 2021, p. 27).

Negar os benefícios que as ciências da saúde trouxeram para a vida das pessoas com deficiência seria um erro⁸. Contudo, é necessário ultrapassar a predominante compreensão da deficiência como um fenômeno oriundo de lesões, passível de tratamento através de medicalização. É imprescindível pensá-la em uma dimensão política. O modelo social busca tencionar a problemática relacionada às PcDs para além do paradigma biomédico, que enxergava o corpo com deficiência apenas na perspectiva da lesão e, portanto, focava única e exclusivamente nas limitações funcionais ocasionadas pela deficiência. A biomedicina limita-se a propor reparações e reabilitações para esse corpo. Enquanto uma alternativa epistemológica, social e política, os primeiros estudos sobre a deficiência procuravam demonstrar que a deficiência não é um resultado de uma lesão, mas fruto de uma sociedade que não é capaz de contemplar todos os tipos de corporeidades e, portanto, todo corpo tido como fora dos padrões hegemônicos e funcionais são colocados fora do centro das sociedades e de suas edificações arquitetônicas⁹, estéticas, morais e políticas. Os *Disability Studies* buscam construir um quadro argumentativo a partir do qual é possível comprovar que é a sociedade que desabilita a pessoa com algum tipo de lesão física e, portanto, a deficiência é uma categoria imposta sobre os corpos lesionados, que possuem algum tipo de restrição física congênita ou adquirida¹⁰. Estamos diante do par conceitual lesão/deficiência, sendo que a “Lesão\impedimento (*impairment*) seria a realidade biológica do organismo individual e a deficiência (*disability*) a consequência social, ou socializada, dessa lesão” (GAVÉRIO, 2017, p. 97, tradução minha).

O modelo social explicita que a deficiência é o resultado das interações das pessoas com deficiência com outras pessoas sem deficiência e com o ambiente. “Nesse sentido, as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão

⁸ Para corroborar os benefícios que as ciências da saúde, em suas grandes áreas de atuação, trouxeram para a qualidade de vida de PcD, citarei as Tecnologias Assistivas. As Tecnologias Assistivas constituem-se como uma gama de equipamentos que se relacionam com um grande conjunto de recursos e serviços que promovem e ampliam características funcionais de pessoas com deficiência. São instrumentos facilitadores de funções, que aumentam a autonomia, a qualidade de vida e a independência de PcD. Exemplos de Tecnologias Assistivas são: *OrCam MyEye2* (dispositivo de inteligência e visão artificial); Bengala Inteligente *WeWALK* (dispositivo que acoplado à bengala tradicional, transforma-a em uma bengala inteligente); cadeiras de rodas motorizadas; adaptações veiculares para diversos tipos de deficiência física; próteses de membros superiores e inferiores.

⁹ Mesmo diante das mudanças físicas que as cidades têm passado nos últimos anos, com o intuito de abarcar em seu seio corpos plurais, tais como os das pessoas com deficiência, em meu entendimento essas mudanças não são eficazes. Rampas, estacionamentos adaptados, banheiros adaptados, pisos táteis não são capazes de transformar um terreno hostil em um abrigo para a pluralidade humana. O mundo comum, edificado por mãos humanas, ainda está longe de se constituir como um locus adequado para que a pluralidade humana possa manifestar-se. Além dessas novas arquiteturas não serem suficientes, elas, na grande maioria das vezes, são desrespeitadas, pois ainda falta o senso comunitário de se pertencer a um mundo cuja pluralidade é a Lei da terra.

¹⁰ “Although disability has historically been seen as a disadvantage or a curse, in modern times markers of individuation like physical disability render one a ‘case’ upon which power is exercised” (THOMSON, 2017, p. 40).

corporal, mas na estrutura social incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana” (MELO; NUERNBERG, 2012, p. 638). Há, no interior desses estudos, uma tensão entre natureza — o dado biológico — e cultura — as criações humanas, como hábitos, costumes, padrões normalizadores —, na medida em que se busca lançar luz sobre a questão da deficiência para além da compreensão de que esta é uma tragédia pessoal, circunscrita em seus corpos, mas uma problemática política e sociocultural. Foi com esse posicionamento político e epistemológico que os *Disability Studies* foram capazes de fazer com que as PcDs fossem vistas como sujeitos de direitos, os quais os Estados devem garantir e proteger,¹¹ e não meros o(a)bjeto de experimentos biológicos e de intervenções médicas. Para os *Disability Studies* o que há, portanto, são contextos sociais pouco sensíveis à acolhida da diversidade corporal e seus diferentes estilos de vida. Para Gavério, “[...]o modelo social retira radicalmente a causa da deficiência das configurações corporais de determinados indivíduos (lesionados) e a coloca como fruto de uma organização social opressiva sobre os corpos lesionados, os configurando, e os totalizando, como deficientes” (GAVÉRIO, 2017, p. 100).

A partir do final do século XX e início do século XXI, as teorias do modelo social foram revigoradas pelas críticas feministas, que contribuíram para que houvesse uma expansão desse modelo social, inaugurando o que seria conhecido como a “segunda geração do modelo social”. Para as teóricas feministas, havia um erro e um paradoxo em tal modelo, quando este fazia uma crítica da exclusão da pessoa com deficiência por parte de uma sociedade que não era capaz de abarcar corpos diferentes. O erro e o paradoxo se explicitam quando se percebe que o modelo social apostava todas as suas fichas na luta pela inclusão, não realizando um movimento crítico mais profundo acerca de alguns pressupostos morais da organização do trabalho nos moldes da produção capitalista (DINIZ, 2007). Ao reivindicar a inclusão da PcD, por exemplo, no mercado de trabalho, argumentando que este não era acessível devido às barreiras arquitetônicas, não se atentava para o fato de que havia um problema de fundo, ou seja, o fato de que a ideologia capitalista não se preocupa em incluir em sua operacionalização aqueles que são subjugados socialmente. Como desdobramento dessa crítica, as reflexões das teóricas feministas trouxeram para o centro de discussão das

¹¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, serviu de fio condutor para a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência editada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 30 de março de 2007, que nasceu com a missão de ser um sustentáculo na busca por assegurar os direitos das pessoas com deficiência. Esta convenção foi assinada e ratificada por diversos países, inclusive pelo Brasil, passando a fazer parte de nossa Constituição de 1988, através de uma Emenda do §3º art. 5º. Outro marco importante no que diz respeito à luta pelos direitos das pessoas com deficiência em nosso país é a promulgação do Decreto nº 7. 612, de 17 de novembro de 2011, realizada pela Presidenta Dilma Rousseff, instituindo o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Plano Viver sem Limite, que garantia o acesso à educação inclusiva, além de outros direitos. Não podemos negar que há um hiato entre a letra morta das leis e sua efetivação. Mas a criação de leis que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência deve ser encarada com uma ação importante na busca por condições dignas para essa parcela da população.

questões relacionadas às pessoas com deficiência temas relacionados ao cuidado, à dor, à lesão e à dependência/independência. Esses temas tinham um pano de fundo em comum: a subjetividade do corpo lesionado e o significado de viver em um corpo com deficiência.

As teóricas feministas desafiaram não só o tabu do corpo deficiente como, principalmente, a falsa suposição de que todos os deficientes almejavam a independência ou mesmo seriam capazes de experimentá-la como proposta pelos teóricos do modelo social. (DINIZ, 2007, p. 66).

O que as feministas problematizaram é que há deficientes que possuem necessidades de cuidadores devido ao grau de lesão que possuem e, por isso, a luta por maior participação no mercado de trabalho não chegará a alterar seu modo de vida. Diante disso, fica claro que a questão da deficiência necessita ser tencionada a partir de uma dimensão holística, que abarque tanto aqueles que têm condições de trabalho e autossustentação quanto aqueles dependentes de maiores cuidados.

O movimento argumentativo construído nesse passo do artigo me aproxima, reflexivamente, da compreensão de Débora Diniz acerca da deficiência, exposta pela antropóloga em sua obra *O que é deficiência* (2007). Para Diniz, ser PcD é experimentar cotidianamente um corpo que não se encaixa nas normas, que assim é percebido quando contrastado com expressões de corpos sem deficiência, uma vez que as expressões de corpos deficientes em vários seguimentos da sociedade são praticamente nulas, inexistentes. Essa assertiva é corroborada quando nos voltamos para o interior das artes visuais. Uma das raras exceções fica reservada a uma pintura de meados do século XVI (Imagem 01), de autoria desconhecida, em que um homem com deficiência, nu, tem sua corporeidade expressa em uma pintura a óleo. Esta pintura está localizada no Castelo de Ambras perto de Innsbruck, na Áustria.

Imagem 01. Retrato de um home com deficiência.



Autor desconhecido. Óleo sobre tela, século XVI. Museu de História da Arte, Viena.

A partir das reflexões do escritor argentino Jorge Luis Borges (1899–1986), Diniz (2007) formulará uma hipótese de que a deficiência é um estilo de vida. Para Borges, que começou a perder a visão na infância devido a uma degeneração genética da retina e, em 1950, já não conseguia enxergar nenhum objeto, a cegueira é um estilo de vida. Diniz se volta para essa reflexão existencial de Borges e a compreende como uma possibilidade de desconstruir uma das formas mais brutais de opressão: o desprezo pelo corpo deficiente. “Afirmar que a deficiência é um estilo de vida não significa igualá-la em termos políticos a outros estilos de vida disponíveis. Há algo de particular no modo de vida da deficiência, que é o corpo com lesão” (DINIZ, 2007, p. 78). Pensar a deficiência como um estilo de vida é fazer da corporeidade deficiente, que provoca espanto nos “normóticos”¹² — aqueles que procuram moldar a realidade a partir de um padrão de “normalidade” — um potente veículo para reivindicar o direito de estar no mundo. O argumento da deficiência nesse horizonte de reflexões não deve fazer com que ela seja concernida como algo que uma pessoa escolhe ou não vivenciar (vida minimalista, vida de ostentação, vida vegana, vida naturista, vida nômade...). Não se escolhe viver com ou sem deficiência¹³. Contudo, o que Diniz procura formular, a partir de uma aproximação com os escritos de Borges, é que se pode escolher “como” viver enquanto deficiente. Para que essa escolha seja uma possibilidade real, faz-se necessário que a deficiência seja compreendida como uma forma de vida, um estilo de vida que, para se efetivar, precisará que o sujeito PcD volte-se para si, no intuito de reconstruir sua existência. Também será necessário que a sociedade esteja preparada arquitetônica e ideologicamente para acolher a deficiência como uma possibilidade existencial em meio a outras. Aceitar a vida e o corpo com deficiência como um “modo de vida” é tencionar os padrões normalizadores a contrapelo. Ainda, é de suma importância enfatizar que a deficiência não deve ser compreendida como um “modo de vida”, mas como “modos de vida” no plural, uma vez que não devemos tencionar a deficiência a partir de uma perspectiva

¹² “Consequently, the meanings attributed to extraordinary bodies reside not in inherent physical flaws, but in social relationships in which one group is legitimated by possessing valued physical characteristics and maintains its ascendancy and its self-identity by systematically imposing the role of cultural or corporeal inferiority on others” (THOMSON, 2017, p. 7).

¹³ Embora o assunto seja pouco debatido no Brasil, é necessário lembrar que existem pessoas que se identificam com PcD. Assim, mesmo portadoras de todos os membros do corpo, elas sentem desejo de ter removido um braço ou uma perna, ou mesmo de ficarem cegas. Essas são denominadas de transcientes. Gavério nos ajuda a compreender esse fenômeno, ao expor que “[...] o termo ‘despatologizado’ emerge em uma gramática ativista e ‘sociológica’ como uma tentativa de dar um sentido epistemologicamente no termo wannabe. O termo transabled ou transability traduzo livremente como ‘transciente’ ou ‘transficiência’ seguindo a própria recomendação daqueles que se nomeiam como tais: pessoas sem deficiência que buscam TRANSitar para corpos com alguma deficiência” (GAVÉRIO, 2017, p. 23).

homogênea, pois essa categoria deve apontar para a existência de um grupo de pessoas que possuem expressões corporais plurais.

Pensar a deficiência como um “modo de vida” possível requer, prioritariamente, que os corpos das pessoas com deficiência ocupem o interior do nosso mundo comum, prenda a pluralidade humana. A ocupação dos espaços públicos por corpos deficientes é um grande desafio, que ganha seus contornos mais nítidos quando reconhecemos que a efetivação da pluralidade, que é a “Lei da terra” (ARENDDT, 1992, p. 17), é constantemente ameaçada e impedida de vir-a-ser. A pluralidade traz medo e desconforto, pois carrega em seu âmago a capacidade de tencionar a realidade por perspectivas díspares, opiniões plurais que revelam como o mundo me aparece (*dokei moi*). A opinião, que luta cotidianamente contra a tirania da verdade, ameaça o *status quo* daqueles que constantemente colonizam a vida a partir de pseudos verdades, de ideologias que usurpam de diversos segmentos da população o seu direito de existirem enquanto “corpos que importam”.

VAGA RESERVADA (?)

A pluralidade humana é antevista em locais em que há a descrição “Vaga Reservada”, que é acompanhada pelo símbolo de cadeirante, que indica, universalmente, que nesse espaço a pessoa com deficiência tem, teoricamente, preferência em ser atendida ou de usá-lo, ou seja, tem a possibilidade de existir. O símbolo da cadeira de rodas, ou “Símbolo Internacional de Acesso”, foi adotado pela *Rehabilitation International* (RI) em 1969, uma entidade não governamental que agrega organizações de vários países que possuem status de órgãos consultivos perante a ONU. Em um texto publicado em sua coluna no jornal Estadão, intitulado “por um novo símbolo de deficiente e idoso”, Marcelo Rubens Paiva (2013), uma pessoa com deficiência, faz uma pequena historização do “símbolo de cadeirante”. O escritor argumenta que o primeiro desenho, criado pela dinamarquesa Susanne Koefoed, tinha como objetivo ser uma arte não ambígua, com formas estéticas simples, com significado facilmente reconhecível, mesmo a distância, e sua reprodução deveria ser realizável em todos os tamanhos e em vários tipos de superfícies materiais. A primeira versão do “símbolo de cadeirante” tinha o fundo preto, com a arte na cor branca e o “cadeirante” não possuía cabeça, como pode ser visto na imagem abaixo:

Imagem 02. Símbolo de Cadeirante.



Autor Susanne Koefoed, fundo preto, imagem branca sem cabeça.

O comitê de ajudas técnicas da *Rehabilitation International* sugeriu algumas alterações na imagem, como o acréscimo da cabeça no personagem na cadeira de rodas e a alteração da cor do fundo, que passou a ser azul. As sugestões foram acatadas e resultaram no símbolo que foi adotado pela ONU e é conhecido e utilizado em todo o mundo.

Imagem 03. Símbolo de Cadeirante.



Autor Susanne Koefoed, fundo azul, imagem branca com cabeça.

Passados alguns anos, acreditou-se que a imagem do “Símbolo Internacional de Acesso” estava ultrapassada, pois expressava uma pessoa com deficiência inerte, sem mobilidade e ofuscada pela cadeira de rodas, que possuía uma proporção de tamanho superior ao da pessoa que estava sentada nela. A nova imagem deveria dar mais visibilidade para a PcD, bem como um aspecto de independência e agilidade. Foi com essa proposta que Sara Hendren, da *Assessible Icon*, criou, no ano de 2010, a nova arte com um cadeirante mais ágil. Esse símbolo repaginado já é adotado em países como Índia e na cidade de Nova York.

Imagem 04. Símbolo de Cadeirante.



Autor Sara Hendren, fundo preto, imagem branca sem cabeça.

Para além de alterações gráficas que almejam expressar a ideia de PcDs mais autônomas e ágeis, esse “Símbolo Internacional de Acesso” aponta para o fato de que os espaços públicos onde há essa sinalização estão reservados para que as existencialidades de pessoas com deficiência possam se manifestar. Para que esses locais deixem de ser o *lócus* potencial da existencialidade pública de corpos com deficiência e se efetivem enquanto tais, é uma questão *sine qua non* que os corpos cegos, surdos, mudos, amputados, com locomoção reduzida estejam presentes nesses espaços, se materializem neles. Tornar esses corpos visíveis em espaços públicos é um ato político, no sentido *lato* do termo, uma vez que o ponto central da política é cuidar do mundo comum, para que ele continue a ser o *topos* da experiência da pluralidade humana. No interior desse mundo comum existem “Vagas Reservadas” para que a nudez das pessoas com deficiência possa ser experienciada? Elas “podem” se materializar em expressões¹⁴ artísticas? O mundo sensível é partilhado, tendo em vista a visibilidade desses corpos?

Quando não PcDs utilizam vagas reservadas para pessoas com deficiência, mesmo que se argumente que “é só um minutinho...”, está-se usurpando as ínfimas possibilidades que um corpo com deficiência tem para manifestar-se nos espaços públicos e, conseqüentemente, compartilhar o mundo comum com a pluralidade humana. É preciso que

¹⁴ Utilizarei o vocábulo “expressão” para me referir às poéticas artísticas que fazem emergir novas significações, forças esquecidas. No que tange ao tema balizador do presente artigo, me volto para o corpo da pessoa com deficiência e para a “expressão” de sua nudez, de sua potência, de sua capacidade de revelar o (In)VISÍVEL, por meio de linguagens artísticas, como o desenho. Creio que o ato de “expressar” corpos nus de pessoas com deficiência “[...] torna-se um dispositivo para fazer funcionar outra dimensão da obra: a que atua fora e para além da presença e da representação” (DIAS, 2019, p. 199).

todos estejamos atentos para o “que” esse “Símbolo Internacional de Acesso” reporta, ou seja, que o mundo está se adequando cada vez mais, arquitetônica e existencialmente, para que, verdadeiramente, todos possam se presentificar em seu âmago, seja através de um estacionamento, de um acesso a um espaço ou a possibilidade de utilização de locais adaptados, como banheiros públicos.

Podemos nos utilizar do “Símbolo Internacional de Acesso” para reivindicar a possibilidade de que corpos de pessoas com deficiência possam expressar-se em sua nudez, que revela torções, distorções, amputações, atrofiamentos... que mostra as idiossincrasias de um corpo antinormativo que deseja ser contemplado. Há “Vagas” reservadas aos corpos nus de pessoas com deficiência em galerias e museus de arte? Parafraseando a problematização levantada pelo grupo de artistas feministas, o “*Guerrilla Girls*”¹⁵, quando questionaram se “as mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?”, gostaria de indagar: os corpos de pessoas com deficiência sempre estarão na posição de visitantes, de expectadores em museus e galerias? Quando teremos os nossos corpos expressos em trabalhos artísticos? Quando nossa nudez se constituirá como uma imagem merecedora de ser apreciada? Para ir ao encontro de tais questionamentos é necessário construir uma relação visceral entre arte, existência e política, que seja capaz de lançar luz sobre a invisibilidade de corpos antinormativos e, assim, abrir uma senda reflexiva que nos permita inaugurar uma compreensão do corpo humano que seja fomentada a contrapelo, para além das maquinarias que edificam padrões estéticos corporais que alijam grande parcela da população que não se encaixa em tais normativas, a exemplo da nudez da corporeidade da pessoa com deficiência. A nudez de corpos deficientes expressa novas significações que são absolutamente estranhas para aqueles que as vislumbra, pois estão adestrados a ver corpos nus “perfeitos”, pois somente estes são merecedores de expressão artística. Acredito que a expressão da nudez de corpos antinormativos deve ser tomada como uma categoria política, uma vez que reivindica o “direito” dessas corporeidades de serem vistas, contempladas em suas idiossincrasias, despidas das amarras normalizadoras.

¹⁵ “*The Guerrilla Girls are anonymous artist activists who use disruptive headlines, outrageous visuals and killer statistics to expose gender and ethnic bias and corruption in art, film, politics and pop culture. We believe in an intersectional feminism that fights for human rights for all people. We undermine the idea of a mainstream narrative by revealing the under story, the subtext, the overlooked, and the downright unfair. We have done hundreds of projects (street posters, banners, actions, books, and videos) all over the world. We also do interventions and exhibitions at art museums, blasting them on their own walls for their bad behavior and discriminatory practices, including a stealth projection on the façade of the Whitney Museum about income inequality and the super rich hijacking art. Our retrospectives and traveling exhibitions have attracted thousands. Our new book, Guerrilla Girls: The Art of Behaving Badly collects hundreds of our projects from 1985 to 2020, and was named one of the best art books of 2020 by The New York Times and the Los Angeles Times. Recently our work was at Tate Modern and Whitechapel Gallery, London; São Paulo Museum of Art; the Venice Biennale; Van Gogh Museum, Amsterdam; Museum of Military History, Dresden; Art Basel Hong Kong; and many other places*” (GUERRILLAGIRLS). Disponível em: <https://www.querrillagirls.com/our-story>. Acesso em: 5 set. 2022).

No intuito de lançar luz sobre as problematizações que levantei acima, utilizo, para isso, a poética do desenho, a partir da qual expresso corpos nus de pessoas com deficiência, sob placas de sinalização de vagas para pessoas com deficiência, ou seja, sobre o “Símbolo Internacional de Acesso”. Para tanto, fiz uso de mina de grafite colorida, na cor sanguínea, sob papel (29,7x42cm) e sob placas de madeira na dimensão de 50x30cm. A leitura interpretativa desse fazer artístico é plural e não é minha intenção construir uma única possibilidade de acolher a expressão desses corpos nus sobre essas placas. Contudo, gostaria de suscitar, ao final de minhas indagações nesse texto, uma pergunta, para que você que me lê possa refletir: “Há vagas para que corpos nus de pessoas com deficiência possam ser expressos?” As manifestações artísticas estão aptas e desejosas para materializarem as expressões de nudezes dissonantes?

Imagem 05. *É só um minutinho... I*, da Série *(In)VISÍVEIS*, 2022.



Autor Fábio Passos. Mina de grafite colorida sobre papel.

Imagem 06. *É só um minutinho...II*, da Série *(In)VISÍVEIS*, 2022.



Autor Fábio Passos. Mina de grafite colorida sobre papel.

Imagem 07. *É só um minutinho...II*, da Série *(In)VISÍVEIS*, 2022.



Autor Fábio Passos. Mina de grafite colorida sobre placa de madeira.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **A vida do espírito: o Pensar, o Querer e o Julgar**. Tradução Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

DIAS, Fernando Rosa. Estatutos do corpo na arte contemporânea. //: POMBO, Olga; NABAIS, Catarina Pombo (Edit.). **CorpoIMAGEM: representações do corpo na ciência e na arte**. Portugal: Faculdade de Belas Artes (FBUL), Universidade de Lisboa, Portugal, 2019. p. 197–205.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: 2. Ed. Curitiba: Ibpex, Série Fundamentos da Educação, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 19ª Edição. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. **Revista Argumentos**, v. 14, n.1, p. 95–117, 2017.

GAVÉRIO, Marco Antônio. **Estranha atração: A Criação de Categorias Científicas para Explicar os Desejos pela Deficiência**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

GUERRILAGIRLS. **Our Story**. Disponível em: <https://www.guerrillagirls.com/our-story>. Acesso em: 5 set. 2022.

GUERRA, Itxi. **Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitarismo**. Fortaleza: Editora Terra sem Amos, 2021.

IMAGEM 01. **Retrato de um home com deficiência**. Autor desconhecido. Óleo sobre tela, século XVI. Museu de História da Arte, Viena. Disponível em <http://bidok.uibk.ac.at/projekte/bildnis/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMAGEM 02. **Símbolo de Cadeirante**. Autor Susanne Koefoed, fundo preto, imagem branca sem cabeça. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/por-um-novo-simbolo-de-deficiente-e-idoso/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMAGEM 03. **Símbolo de Cadeirante**. Autor Susanne Koefoed, fundo azul, imagem branca com cabeça. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/por-um-novo-simbolo-de-deficiente-e-idoso/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMAGEM 04. **Símbolo de Cadeirante**. Autor Sara Hendren, fundo azul, imagem branca com cabeça. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/por-um-novo-simbolo-de-deficiente-e-idoso/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMAGEM 05. **É só um minutinho... I**, da Série *(In)VISÍVEIS*, 2022. Autor Fábio Passos. Mina de grafite colorida sobre papel. Disponível em: www.fabiopassos.com. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMAGE 06. **É só um minutinho... II**, da Série *(In)VISÍVEIS*, 2022. Autor Fábio Passos. Mina de grafite colorida sobre papel. Disponível em: www.fabiopassos.com. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMAGE 05. **É só um minutinho... III**, da Série *(In)VISÍVEIS*, 2022. Autor Fábio Passos. Mina de grafite colorida sobre papel. Disponível em: www.fabiopassos.com. Acesso em: 9 jul. 2022.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l'horreur**: essai sur l'abjection. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

MELO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635–655, 2012.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Por um novo símbolo de deficiente e idoso**. Coluna Estadão, 2013. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/por-um-novo-simbolo-de-deficiente-e-idoso/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

THOMSON, Rosemarie Garland. **Extraordinary bodies extraordinary bodies**: figuring physical disability in American culture and literature. New York: Columbia University Press, 2017.

Recebido em 20 de julho de 2022.
Aprovado em 5 de outubro de 2022.